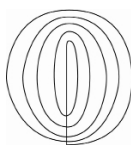


PERSISTÊNCIA

EDIÇÃO DE 2015 DO

COMPÊNDIO EM LINHA
DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2015 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Persistência
Copyright © 2015 do autor
Pedro Galvão

Todos os direitos reservados

Resumo

Como persistem os objectos materiais no tempo? Começa-se por explicar as três perspectivas filosóficas principais sobre a persistência: o duracionismo, o perduracionismo e o aduracionismo (ou teoria das fases). Dado que os perduracionistas e os aduracionistas recorrem a partes temporais na sua explicação da persistência, são conhecidos como “tetradimensionalistas”. Quatro argumentos centrais a favor do tetradiimensionalismo são então apresentados e discutidos: os argumentos, de David Lewis, das temporárias intrínsecas e da fissão pessoal, a solução das partes temporais para os paradoxos da constituição material e, por fim, o argumento da vagueza, de Theodore Sider.

Palavras-chave

Tempo, partes temporais, duracionismo, perduracionismo, aduracionismo

Abstract

How do material objects persist in time? This paper begins by introducing the three main philosophical accounts of persistence: endurantism, perdurantism, and exdurantism (or stage theory). Since both perdurantists and exdurantists appeal to temporal parts in their accounts of persistence, they are known as “four-dimensionalists”. Four major arguments for four-dimensionalism are then presented and discussed: David Lewis’s arguments from temporary intrinsics and personal fission, the temporal parts solution to the paradoxes of material constitution, and Theodore Sider’s argument from vagueness.

Keywords

Time, temporal parts, endurantism, perdurantism, exdurantism

Persistência

1 Partes temporais

Os objectos materiais comuns – como árvores e planetas, maçãs e navios – estendem-se no espaço e persistem no tempo. Estendem-se no espaço tendo, em cada momento da sua existência, diversas partes situadas em lugares distintos. Consideremos uma árvore num certo momento: tem folhas e frutos em certos lugares, ramos noutros lugares, mais abaixo um tronco, raízes ainda mais abaixo. E o que dizer da persistência? Será que a árvore persiste no tempo *como* se estende no espaço? Intuitivamente, não. A árvore estende-se tendo partes – partes *espaciais* – situadas em diversos lugares, mas não persiste tendo *partes temporais* situadas em diversos momentos. Árvores e estrelas, navios e maçãs, estão inteiramente presentes em cada momento da sua existência. Um navio que se encontra atracado num certo porto está agora, *todo ele*, presente nesse porto. Se há uma semana esteve ancorado numa certa região do alto-mar, então todo ele, nessa altura, esteve presente nessa região. Ou não? Na verdade, opondo-se às intuições da generalidade das pessoas, muitos filósofos alegam que a persistência é análoga à extensão: os objectos comuns persistem em virtude de terem partes temporais sucessivas do começo ao fim da sua existência. O problema filosófico da persistência consiste, no essencial, em determinar se esta alegação é correcta.

Começemos por elucidar as diversas teorias filosóficas da persistência. De acordo com o duracionismo [*endurantism*], os objectos comuns persistem *durando* [*enduring*], isto é, estando inteiramente presentes em qualquer momento em que existam. Não têm partes temporais. A sua persistência é concebida em termos da identidade numérica entre uma coisa existente num momento e uma coisa existente noutro momento: o navio atracado no porto persiste em virtude de ser numericamente idêntico (e.g.) ao objecto que se encontrava numa certa região do alto-mar há uma semana.¹ Note-se

¹ O problema da identidade pessoal ao longo do tempo costuma ser discutido sob o pressuposto de que as pessoas duram. Tipicamente, considera-se uma pessoa, P1, num certo momento, e uma pessoa, P2, noutro momento – estando subentendido que, em cada um desses momentos, temos uma pessoa inteiramen-

que o duracionista não tem de ser hostil a uma ontologia de partes temporais. Ele pode acreditar que outros particulares, como acontecimentos e processos, têm partes temporais. Mas entende que os *objectos* comuns, por vezes designados como *continuantes*, têm apenas partes espaciais.

Tendo o espaço três dimensões, os duracionistas também são conhecidos, compreensivelmente, por *tridimensionalistas*. Opõem-se aos chamados *tetradimensionalistas*, que defendem que os continuantes têm partes temporais e que nenhuma coisa dura. Muitos dos que aceitam o tetradimensionalismo como teoria da persistência advogam o perduracionismo [*perdurantism*]. Para os defensores desta perspectiva, os *objectos* comuns *perduram* [*perdure*]: persistem tendo partes temporais situadas em todos momentos em que existem. Na verdade, são *compostos* pelas suas partes temporais. Um navio, por exemplo, é um agregado de partes temporais de navio que mantêm uma relação apropriada entre si. Como qualquer outro *objecto* comum, um navio apresenta-se assim como uma lagarta espaço-temporal [*space-time worm*].²

A distinção entre durar e perdurar foi introduzida por David Lewis (1986: 202), que se inclui entre os defensores mais influentes da perspectiva da perduração. No campo tetradimensionalista, no entanto, esta perspectiva deixou de estar isolada desde o final do século passado. Alguns dos filósofos que se situam neste campo, entre os quais decididamente se destacam Theodore Sider (1996, 1997, 2000, 2001, 2008) e Katherine Hawley (2001), defendem antes a

te presente. Pergunta-se depois o que é necessário e suficiente para que P1 e P2 sejam numericamente a mesma pessoa.

² Conceber os *objectos* comuns desta forma pode parecer-nos bastante bizarro. Todavia, para os tralfamadorianos de *Slaughterhouse Five*, o romance de Kurt Vonnegut publicado em 1969, a perspectiva perduracionista é irresistível. “Billy Pilgrim”, escreve Vonnegut (1969: 87), “diz que o Universo não parece um grande conjunto de pequenos pontos brilhantes às criaturas de Tralfamadore. As criaturas conseguem ver onde cada estrela esteve e onde virá a estar, pelo que o céu está cheio de esparguete rarefeito e luminoso. E os tralfamadorianos tão-pouco vêem os seres humanos como criaturas bípedes. Vêem-nos como criaturas milípedes — ‘com pernas de bebé numa ponta e pernas de velho na outra ponta’, diz Billy Pilgrim.”

teoria das fases [*stage theory*], ou aduracionismo [*exdurantism*].³ As fases são partes temporais instantâneas ou momentâneas. Embora também aceitem a existência de lagartas espaço-temporais perdurantes, os aduracionistas demarcam-se dos perduracionistas por identificarem os objectos comuns não com essas entidades, mas com fases. Assim, o navio atracado no porto num certo momento, *m*, não é algo que esteja inteiramente presente em vários momentos, sendo *m* um deles, nem algo que tenha uma das suas fases em *m*. O navio é simplesmente a fase existente em *m*. Após um segundo, digamos, o que está no porto é, em rigor, *outro* navio. Aquilo que aparenta ser, num certo período de tempo, um único navio, na verdade consiste numa série porventura infindável de navios numericamente distintos. Os objectos comuns, então, são entidades momentâneas.

Na definição proposta por Lewis (1986: 202), um objecto *persiste* se, e apenas se, existe em vários momentos. Não deveremos dizer, nesse caso, que o aduracionista nega a persistência dos objectos comuns em vez de tentar explicar como estes persistem? Embora o aduracionista julgue que os objectos comuns (incluindo as pessoas) só existem momentaneamente, e assim esses objectos não persistam *no sentido lewsiano do termo*, podemos dizer que o aduracionismo nos oferece explicação da persistência – uma explicação de inspiração lewsiana, por sinal. O aduracionista concebe a persistência do mesmo modo que Lewis (1986: 9-11, 192-263), com a sua teoria das contrapartes, concebe a modalidade *de re*. Suponha-se, por exemplo, que é verdade que o navio *poderia* ter-se afundado ao chegar ao porto. De acordo com a teoria das contrapartes, isto será verdade não porque haja um mundo possível no qual *o próprio navio* se tenha afundado, mas porque há um mundo possível no qual o navio tem uma contraparte que se afundou.⁴ De acordo com a teoria das fases, o navio existente em *m* persiste não porque *ele próprio* exista noutros momentos,

³ Dado que o léxico da língua portuguesa inclui o verbo ‘adurar’ – que, à semelhança de ‘perdurar’, tem o mesmo sentido que ‘durar’, embora há muito tenha caído em desuso –, parece-me apropriado escolhê-lo para traduzir o termo técnico ‘exdure’.

⁴ A relação de ser uma contraparte de algo é uma relação de semelhança. “As suas contrapartes”, esclarece Lewis (1968: 27), dirigindo-se ao leitor, “são muito semelhantes a si em conteúdo e contexto em aspectos importantes. São mais semelhantes a si do que as outras coisas dos seus mundos.”

mas porque tem *contrapartes temporais* noutros momentos. O navio que exactamente uma semana antes de *m* estava ancorado no alto-mar, por exemplo, será uma das incontáveis contrapartes temporais do navio existente em *m*. Os objectos comuns, em suma, persistem ou continuam a existir *adurando* [*exduring*] – i.e. em virtude de terem contrapartes temporais, sendo cada uma delas uma fase, situadas em vários momentos.

Na discussão filosófica da persistência, o ónus da prova cabe aos tetradimensionalistas. São eles que põem em causa a metafísica do senso comum, por assim dizer, pelo que lhes compete apresentar razões de peso para abdicarmos da ideia de que as coisas não são como parecem – i.e. para acreditarmos, contra as aparências, que os objectos comuns são lagartas espaço-temporais ou fases com contrapartes temporais. Centrando-nos nos argumentos de Lewis e de Sider, vamos examinar as razões mais promissoras para aceitar o tetradimensionalismo. Antes, porém, vale a pena discutir sucintamente a relação das teorias da persistência com diversas perspectivas sobre a realidade do tempo.

Uma dessas perspectivas é o presentismo: só o presente existe e, portanto, só os objectos presentes existem. Os objectos passados já não fazem parte, e os futuros ainda não fazem parte, do domínio da realidade. A alternativa principal a esta perspectiva é o eternismo. Para um eternista, como Sider (2008: 243), “o tempo é como o espaço no que respeita à *realidade dos objectos distantes*”. Os objectos espacialmente distantes não são menos reais do que aqueles que se encontram nas nossas imediações. Do mesmo modo, os objectos temporalmente distantes, tanto na direcção do passado como na do futuro, gozam da mesma realidade que os objectos presentes. O domínio da realidade abrange o passado, o presente e o futuro. Importa referir uma posição intermédia: a perspectiva do bloco crescente, que atribui realidade ao passado e ao presente, mas não o futuro. Sob esta perspectiva, o domínio da realidade vai-se expandindo à medida que o tempo passa.

Pode parecer que há uma ligação estreita entre estas perspectivas e as teorias da persistência. Enquanto o duracionismo se ajusta melhor à visão tridimensional da realidade proposta pelo presentista, tanto o perduracionismo como o aduracionismo, em virtude do seu compromisso com partes temporais análogas às partes espaciais,

pressupõem o não-presentismo – i.e. o eternismo ou, pelo menos, a perspectiva do bloco crescente. Será isto verdade? Aqui há que distinguir duas questões:

1. Será que o duracionismo implica o presentismo?
2. Será que o tetradimensionalismo implica o não-presentismo?

A resposta a 1 é negativa. Um duracionista pode, sem inconsistência, rejeitar o presentismo. Dirá, nesse caso, que os continuantes estão inteiramente presentes em cada momento da sua existência dentro de uma realidade tetradimensional. Da falsidade do presentismo, portanto, não se poderá concluir a falsidade do duracionismo. Assim sendo, tanto o eternismo como a perspectiva do bloco crescente afiguram-se compatíveis com todas as teorias da persistência.

A questão 2 é mais delicada. Por contraposição, fica assim: será que o presentismo implica o duracionismo? E. J. Lowe, entre outros, não hesita em responder afirmativamente:

O presentismo qualifica-se imediatamente como uma teoria duracionista: trivialmente, afirma que qualquer objecto está inteiramente presente em qualquer momento em que exista, dado que, de acordo com o presentismo, o momento em que uma coisa existe é o momento presente – *o agora* –, pelo que qualquer parte de uma coisa que exista existe agora. (Lowe 2002: 49)

Se Lowe tem razão, uma forma decisiva de refutar o tetradimensionalismo seria justificar o presentismo. Mas será o presentismo justificável? A sua compatibilidade com a física actual, mais precisamente com a teoria da relatividade, é muito duvidosa. Isto, a par de objecções filosóficas ponderosas, faz do presentismo uma perspectiva pelo menos tão controversa como o tetradimensionalismo. Entre os desafios que colocam ao presentista, sobressai o de explicar o que torna verdadeiras as afirmações verdadeiras sobre o passado. Dada a suposição de que Platão e a Idade Média não existem, por exemplo, como pode ser verdade que Platão é um filósofo e que a Idade Média é anterior à nossa época? Partindo do princípio de que cada proposição verdadeira tem um verofactor [*truthmaker*] – i.e. algo que a torna verdadeira –, quais poderão ser os verofactores das verdades sobre o passado, se tudo o que existe está no presente?

Além do mais, talvez Lowe não tenha razão. Sally Haslanger (2003: 324-325), por exemplo, questiona a incompatibilidade do presentismo com o tetradimensionalismo. Um presentista que opte pelo aduracionismo poderá dizer: uma fase presente persiste em virtude de ter contrapartes (inexistentes) que *irão* substituí-la ou de *ter sido* substituída por outras contrapartes (também inexistentes). Poder-se-á objectar que coisas existentes não podem manter relações com coisas inexistentes. Mas, para oferecer uma perspectiva minimamente credível, o presentista tem de explicar a verdade de proposições que parecem envolver relações transtemporais, como ‘Obama é mais alto que Napoleão’. Sob essa explicação, presumivelmente, poderá ser verdade que uma fase tenha com outras fases as relações constitutivas da sua aduração. Mesmo o perduracionismo, acrescenta Haslanger, admite uma reinterpretação consentânea com o presentismo. Obviamente, o presentista não pode afirmar que um objecto *existe em momentos diferentes* tendo partes nesses momentos. Poderá alegar, contudo, que objecto perdurante consiste na sua fase presente e tanto nas fases que *teve* como nas que *terá*.

Mesmo que estas hipóteses não devam ser descartadas, a verdade é que os tetradimensionalistas têm convergido na rejeição do presentismo, pelo que a discussão dos seus argumentos reflectirá essa convergência.

2 Temporárias intrínsecas

De acordo com Lewis (1986: 202-204), há que aceitar o perduracionismo porque este oferece a melhor solução para o problema das temporárias intrínsecas. Cores e formas, por exemplo, são propriedades intrínsecas que muitos objectos têm temporariamente. Quando um continuante deixa de ter uma propriedade intrínseca e passa a ter outra, incompatível com a primeira, sofre uma mudança. Mas como é possível a mudança? O princípio da indiscernibilidade dos idênticos diz-nos que $x=y$ somente se x e y têm exactamente as mesmas propriedades. Assim, se x e y têm propriedades incompatíveis, não é verdade que $x=y$. Ora, consideremos uma maçã que é verde em m e vermelha em $m+1$, ou uma pessoa que está direita em m e curvada em $m+1$. Ainda que mudem de cor e de forma, a maçã e a pessoa

persistem. Mas como pode isto acontecer, se a mesma coisa não pode ter propriedades incompatíveis?

O duracionista poderá responder que, na verdade, as propriedades em questão são compatíveis. No caso da maçã, as propriedades relevantes não são simplesmente *ser verde* e *ser vermelha*. São antes propriedades indexadas a momentos: *ser verde-em-m* e *ser vermelha-em-m+1*. Um continuante pode perfeitamente ter ambas as propriedades. No fundo, são propriedades relacionais: a maçã mantém a relação de ser verde (mas não a de ser vermelha) com *m* e a relação de ser vermelha (mas não a de ser verde) com *m+1*.

Lewis repudia esta abordagem relacionista.⁵ “Se sabemos o que é a forma”, assevera (1986: 204), “sabemos que é uma propriedade, não uma relação.” A intuição expressa nesta afirmação é a de que propriedades como cores e formas são genuinamente intrínsecas, e não relações disfarçadas. Os objectos são simplesmente verdes ou vermelhos, quadrados ou redondos – não são estas coisas em virtude de manterem uma relação com momentos. A objecção de Lewis à resposta duracionista em consideração, então, é que esta elimina indevidamente a intrinsicidade das temporárias intrínsecas.

Não é fácil avaliar a intuição de Lewis. Hawley considera-a precipitada:

Lewis pode saber que a forma de uma banana não é uma relação que esta mantém com outros objectos materiais (excepto com as suas próprias partes, talvez). Parece que uma banana é curva independentemente da existência ou da inexistência de outros objectos materiais, dado que podemos imaginá-la curva estando sozinha no universo. Mas isto não nos diz se a forma de uma banana é ou não uma relação que esta mantém com vários momentos. Terá a banana a sua forma independentemente da existência ou da inexistência de momentos? (Hawley 2001: 17)

Uma objecção adicional à abordagem relacionista resulta da inspecção do conceito de mudança. Quem a propõe diz-nos que a maçã é, atemporalmente, *verde-em-m* e, também atemporalmente, *vermelha-em-m+1*. Em rigor, então, a maçã não deixou de ter uma propriedade para passar a ter outra. Mas, nesse caso, como poderá ter *mudado* realmente?

⁵ Para uma defesa da abordagem, veja-se van Inwagen 1990a.

O perduracionismo, sustenta Lewis, permite-nos entender correctamente a mudança. As temporárias intrínsecas são, na verdade, propriedades das partes temporais dos continuantes. O que torna correcta a afirmação de que a maçã é verde em m , por exemplo, é o facto de a maçã ter uma parte temporal em m que é verde. A maçã muda tendo uma parte temporal verde em m e uma parte temporal vermelha em $m+1$. A mudança envolve assim propriedades genuinamente incompatíveis, mas a persistência da maçã — o facto de *ela* sobreviver à perda de uma cor e à aquisição de outra — é assegurada pelo facto de essas propriedades serem instanciadas por coisas diferentes — i.e. por diversas partes temporais *suas*.

A perspectiva de Lewis, ainda que preserve a aparente intrinsicidade de propriedades como cores e formas, enfrenta objecções que tornam muito disputável a sua superioridade em relação à abordagem relacionista. Pode-se alegar que elimina indevidamente a temporariedade das temporárias intrínsecas. Afinal, que coisas são temporariamente verdes ou vermelhas, quadradas ou redondas? Os objectos perdurantes no seu todo — as lagartas espaço-temporais — não têm estas propriedades. As suas partes temporais têm-nas, é verdade, mas não temporariamente: a parte temporal da maçã em m é (atemporalmente) verde e nunca deixa de o ser; a parte temporal da maçã em $m+1$ é (atemporalmente) vermelha e nunca deixa de o ser. Assim sendo, como há realmente mudança? As partes temporais da maçã variam de cor entre si, mas nenhuma delas muda de cor; a maçã tetradimensional, como não tem cor, também não pode mudar de cor.

De certo modo, poder-se-á contrapor, a maçã tetradimensional tem cor. Tem até cores diferentes, ainda que só as tenha derivadamente — i.e. em virtude de ter partes temporais diversamente coloridas. Contudo, como Haslanger (1989: 119-120, 2003: 331-332) faz notar, há aqui um problema. Segundo um princípio intuitivamente apelativo sobre a mudança, o objecto que sofre a mudança é o “sujeito próprio” das propriedades envolvidas na mudança. Ou seja, o objecto que muda tem essas propriedades *simpliciter*, e não derivadamente. Ora, ao conceber a mudança de um continuante como uma variação nas propriedades *das suas partes temporais*, o perduracionismo colide com este princípio.

O aduracionismo, como identifica os continuantes com fases, não é atingido pela objecção de Haslanger.⁶ Para o aduracionista, as temporárias intrínsecas são instanciadas *simpliciter* pelas fases. A maçã-existente-em- m é simplesmente verde, e não verde em virtude de ter uma parte temporal verde; a maçã-existente-em- $m+1$ – que é uma das suas contrapartes – é simplesmente vermelha, e não vermelha em virtude de ter uma parte temporal vermelha. Como na perspectiva perduracionista, preserva-se a intrinsicidade das propriedades envolvidas na mudança. Também como nesta perspectiva, evita-se a contradição atribuindo as propriedades incompatíveis a coisas diferentes: não a partes temporais diferentes da lagarta espaço-temporal que o perduracionista identifica com a maçã, claro, mas a maçãs numericamente distintas.

Não obstante os seus méritos, a perspectiva aduracionista, como observa Haslanger (2003: 335), também está em conflito com um princípio intuitivamente apelativo sobre a mudança:

Se um objecto persiste através da mudança, então o objecto existente antes da mudança é um e o mesmo objecto que aquele que existe após a mudança.

Sendo a maçã-existente-em- m numericamente distinta da maçã-existente-em- $m+1$, a concepção aduracionista da mudança infringe este princípio de identidade.

Não se pode dizer, pois, que as respostas dos tetradimensionalistas ao problema das temporárias intrínsecas sejam inequivocamente satisfatórias. Além disso, o duracionista pode responder a este problema sem adoptar a abordagem relacionista criticada por Lewis. A alternativa mais saliente ao relacionismo, que se deve a Lowe (1988) e a Haslanger (1989), é o adverbialismo. De acordo com esta proposta, as propriedades envolvidas na mudança não estão indexadas nem são relativas a momentos e, assim, são genuinamente incompatíveis. É a própria instanciação dessas propriedades que envolve uma relativização a momentos. A maçã instancia-em- m a propriedade de ser verde, ou seja, instancia esta propriedade de um certo *modo* temporal. E instancia-em- $m+1$ a propriedade de ser vermelha, ou seja, instancia esta propriedade de *outro* modo temporal. Plausivelmente, o mesmo objecto pode instanciar propriedades incompatíveis desde

⁶ Veja-se Sider 2000, 2001: 98.

que as instancie de modos apropriadamente diferentes. Por exemplo, a maçã pode ser *actualmente* vermelha e *possivelmente* amarela. A maçã em causa – podemos também dizer, captando mais perspicazmente a abordagem adverbialista – é m -mente verde (i.e. verde de um modo m) e $m+1$ -mente vermelha (i.e. vermelha de um modo $m+1$). Um objecto muda, então, instanciando de modos temporalmente distintos propriedades incompatíveis. Embora a credibilidade do adverbialismo continue a ser objecto de discussão, podemos dizer que esta perspectiva tem vantagens óbvias e significativas sobre as propostas tetradimensionalista: ao invés do perduracionismo, os continuantes têm as propriedades intrínsecas *simpliciter*; ao invés do aduracionismo, respeita-se o princípio da identidade numérica entre o objecto anterior e o objecto posterior à mudança.

3 Fissão pessoal

Um argumento importante de Lewis a favor do perduracionismo resulta das perplexidades suscitadas pelos casos de fissão pessoal (Lewis 1983). Consideremos um desses casos possíveis – o mais realista que podemos imaginar –, partindo de uma descrição efectuada a partir de lentes duracionistas.

Seja Mariana uma pessoa que é submetida uma cirurgia muito peculiar. Retiram-lhe o cérebro do crânio, separam os seus hemisférios e transplantam cada um deles para um corpo distinto, qualitativamente igual ao corpo agora descerebrado que pertenceu a Mariana. Após os transplantes, duas pessoas despertam nos corpos que acolheram os hemisférios: Maria e Ana. O que aconteceu a Mariana? Para tornar o enigma mais interessante, suponhamos que Maria e Ana estão empatadas na semelhança psicológica com Mariana. Nenhuma das pessoas resultantes, portanto, é psicologicamente mais parecida com Mariana do que a outra. Nestas circunstâncias, seria arbitrário afirmar que Mariana é Maria – e não Ana. Ou que Mariana é Ana – e não Maria. Será que Mariana é numericamente idêntica tanto a Maria como a Ana? Isto também é absurdo. Se Mariana fosse Maria e fosse também Ana, então Maria seria Ana. Mas é óbvio que Maria e Ana, ainda que sejam tão semelhantes como gémeas idênticas, são duas pessoas. Temos então de concluir, parece, que a pessoa original

não é identificável com nenhuma das pessoas resultantes. Em rigor, podemos acrescentar, Mariana deixou de existir.

Do exame deste caso, Parfit (1971) extraiu uma conclusão verdadeiramente revolucionária: no fundo, a identidade não é “aquilo que importa”. Mais precisamente, a identidade pessoal não é aquilo que fundamenta a preocupação egoísta com o futuro – i.e. a preocupação prudencial. Pois suponha-se que, antes dos transplantes, Mariana tinha o poder de tomar medidas para evitar que Maria e Ana caíssem nas mãos de um torturador, digamos. Intuitivamente, Marina deveria tomar essas medidas por uma questão de interesse pessoal. Aceite esta intuição, temos de concluir que pode ser racional uma pessoa preocupar-se prudencialmente com uma certa pessoa futura, ainda que não haja identidade entre ela e essa pessoa. Segundo Parfit, aquilo que realmente fundamenta a preocupação prudencial é a obtenção de *continuidade psicológica*, concebida como uma certa cadeia de conexões entre conteúdos mentais.⁷ É o facto de haver esta continuidade entre Mariana e as suas sucessoras que torna racional a primeira preocupar-se egoisticamente com a sorte das segundas.

Lewis concorda com Parfit a respeito da importância prudencial da continuidade psicológica. Mas, contra Parfit, afirma que a identidade pessoal também importa. É “uma trivialidade vã que não pode ser negada credivelmente”, diz-nos Lewis (1983: 396), que “aquilo que importa é a identidade entre eu próprio a existir agora e eu próprio a existir ainda no futuro.” Mas como poderemos afirmar a importância prudencial tanto da continuidade psicológica como da identidade pessoal, dado que os casos de fissão aparentemente mostram que a primeira pode existir sem a segunda? Adoptando uma perspectiva perduracionista da persistência das pessoas – defende Lewis. E, em seu entender, o facto de o perduracionismo permitir afirmar a importância prudencial tanto da continuidade psicológica como da identidade pessoal é uma razão muito forte para o preferirmos ao duracionismo.

Para Lewis, uma pessoa é um certo agregado de fases de pessoa. À continuidade psicológica entre fases de pessoa, Lewis chama *relação-R*. À relação que se verifica entre as diversas fases da *mesma*

⁷ Veja-se, neste COMPÊNDIO, as três primeiras secções (especialmente a terceira) da entrada IDENTIDADE PESSOAL.

pessoa, chama *relação-I*. Esta não é a relação de identidade, claro, mas Lewis equipara-as:

não vou distinguir a tese de que aquilo que importa na sobrevivência é a identidade da tese de que aquilo que importa na sobrevivência é a relação-I. Ambas são uma trivialidade inegável do senso comum. (Lewis 1983: 399)

A tese crucial de Lewis é a seguinte: a relação-R e a relação-I são necessariamente co-extensionais, pelo que, na verdade, são a mesma relação. E, como são a mesma relação, podemos afirmar a importância prática tanto da continuidade psicológica como da identidade. Mas será isto verdade? A relação de continuidade psicológica, como nos mostram os casos de fissão pessoal, pode ser de um para vários: uma fase de pessoa, situada em m , pode estar R-relacionada com várias fases de pessoa situadas em $m+1$. Poderemos dizer o mesmo da relação-I? Lewis pensa que sim. Examinando o caso de fissão acima considerado agora com lentes perduracionistas, descobrimos que este, na verdade, envolve apenas duas pessoas: Maria e Ana. Acontece que estas duas pessoas partilham as suas fases que precederam a cirurgia. À semelhança de duas estradas que se sobrepõem ao longo de uma certa área, tendo partes espaciais em comum nessa área, Maria e Ana são pessoas que se sobrepõem ao longo de um certo período de tempo, tendo partes temporais em comum durante esse período. A relação-I, como a relação-R, nestes casos é de um para vários. Seja m o momento em que ocorre a fissão. As fases de pessoa anteriores a m de Maria e de Ana estão I-relacionadas com as fases de pessoa posteriores a m tanto de Maria como de Ana. As fases anteriores a m fazem parte de duas lagartas espaço-temporais que compõem duas pessoas.

Parfit (1976: 92-5) sugere que Lewis não consegue fazer o que pretendia, e isto por uma razão muito simples: a tese de que a relação-I é aquilo que importa não capta a ideia intuitiva de que a *identidade* é aquilo que importa.⁸ Vale ainda a pena sublinhar que Lewis — à semelhança de Parfit, aliás — presume que as pessoas persistem em virtude de uma certa relação de continuidade psicológica. Mas

⁸ Embora concorde com Parfit, Sider (1996) defende que o aduracionista, ao invés do perduracionista, é capaz de conciliar a perspectiva da importância da continuidade psicológica com a perspectiva intuitiva de que a identidade é aquilo que importa.

esta perspectiva é muito controversa. Talvez as pessoas persistam em virtude da continuidade do seu organismo ou do seu cérebro, por exemplo. Se assim for, o perduracionista terá de conceber as pessoas não como agregados de fases R-relacionadas, mas como agregados de fases de organismo ou de cérebro. Nesse caso, não conseguirá de forma alguma conciliar a “trivialidade inegável do senso comum” de que a identidade é aquilo que importa com a perspectiva filosófica de que a continuidade psicológica é que realmente importa.

4 Coincidência material

Objectos materiais que *coincidem* num certo momento são compostos pela mesma matéria nesse momento – e, portanto, ocupam exactamente o mesmo espaço nesse momento. Intuitivamente, não há objectos coincidentes *distintos*: se x e y , em m , são feitos precisamente da mesma matéria e estão exactamente no mesmo lugar, então $x=y$. Negar este princípio afigura-se paradoxal. Como podem *duas* coisas coincidir materialmente? No entanto, pensando em alguns casos muito simples, podemos chegar à conclusão de que objectos distintos podem ser feitos da mesma matéria num dado momento. Consideremos os dois casos mais emblemáticos na discussão da coincidência material.

A estátua e o pedaço de barro. Em m , um escultor forma um certo pedaço de barro a partir de vários pedaços de barro. Um dia depois, em $m+1$, cria uma estátua com esse pedaço de barro. Mais tarde, em $m+2$, destrói a estátua. Destrói-a esmagando-a, sem lhe retirar qualquer matéria.

Tibbles e Tib. Tibbles é um gato. Tib é mais pequeno: consiste em Tibbles menos a sua cauda. Num certo momento, m , Tibbles perde uma das suas partes, mais precisamente a sua cauda. Na verdade, a matéria da sua cauda é destruída.

Recordemos o princípio da indiscernibilidade dos idênticos, que nos diz que x e y são objectos numericamente distintos se não tiverem exactamente as mesmas propriedades. A respeito do primeiro caso, podemos agora observar que o pedaço de barro começou a existir antes da estátua e continuou a existir depois de ela ter sido esmagada.

da. Ora, como diferem nestas propriedades, o pedaço de barro e a estátua são objectos distintos. E, no entanto, entre $m+1$ e $m+2$ estes objectos estiverem exactamente no mesmo lugar e foram compostos precisamente pelas mesmas partículas de matéria. Portanto, objectos materiais diferentes podem coincidir.

Consideremos agora o segundo caso, que se distingue do primeiro por envolver uma mudança de partes. Tibbles continua a existir depois de m , dado que um gato pode seguramente sobreviver à perda da sua cauda. E Tib também continua a existir. Ora, pelo princípio da indiscernibilidade dos idênticos, Tibbles e Tib são objectos distintos: só Tibbles teve uma cauda, só Tibbles perdeu a cauda. Mas, a partir de m , Tibbles e Tib coincidem materialmente. Portanto, objectos materiais diferentes podem coincidir.

Argumentos como estes são conhecidos como *paradoxos da constituição material*. Para resolver estes paradoxos, há duas vias possíveis. Pode-se defender que, na verdade, casos como os descritos não nos oferecem exemplos de coincidência entre objectos distintos. Ou pode-se aceitar a conclusão aparentemente paradoxal, explicando como é possível que objectos distintos coincidam.

Na sua defesa do tetradimensionalismo, Sider (2001: 140-208, 2008: 247-257) argumenta que esta é a perspectiva que melhor resolve os paradoxos da constituição material. Vejamos como o perduracionista, mais precisamente, lida com os casos descritos. Em seu entender, a estátua e o pedaço de barro são objectos distintos, já que consistem em agregados de partes temporais diferentes. Acontece que o pedaço de barro partilha com a estátua algumas das suas partes temporais, nomeadamente as compreendidas entre $m+1$ e $m+2$. A estátua, por outras palavras, é uma lagarta espaço-temporal “embutida” na lagarta espaço-temporal – mais longa, por assim dizer – identificável com o pedaço de barro. Estes objectos coincidem em virtude de partilharem as suas partes temporais compreendidas entre $m+1$ e $m+2$. E o que dizer a respeito de Tibbles e Tib? Também estes são objectos distintos, compostos por agregados de partes temporais diferentes. E isto porque, antes da perda da cauda, em m , as partes temporais de Tibbles são espacialmente mais extensas do que as partes temporais de Tib. Tibbles e Tib partilham apenas as partes temporais posteriores a m .

O perduracionista, então, não nega a coincidência material entre objectos distintos, mas considera que esta não é mais enigmática do que aquela se verifica quando duas estradas que se sobrepõem ao longo de uma certa área: objectos distintos coincidem nos momentos em que partilham as suas partes temporais, embora não coincidam em todos os momentos da sua existência. Será que esta resposta aos paradoxos da constituição material, sem dúvida elegante, é a correcta? Há que compará-la com as respostas concorrentes, que são muito diversificadas. Três das perspectivas sobre os paradoxos que um duracionista poderá aceitar são as seguintes:

Constitutivismo. Embora coincidam, o pedaço de barro e a estátua são distintos. A relação que existe entre estes objectos não é a de identidade, mas a de *constituição*: a estátua é constituída pelo pedaço de barro. Talvez a segunda situação seja semelhante, caso em que Tibbles será constituído por Tib. Ou talvez Tib pura e simplesmente não exista: o complemento da cauda de um gato poderá não ser um objecto genuíno.

Essencialismo mereológico. Os objectos existentes são simplesmente certas quantidades de matéria – e cada quantidade de matéria consiste *essencialmente* nas partes que a compõem. Como cada parte de uma coisa lhe é essencial, um objecto material não pode sobreviver à perda de nenhuma das suas partes, por ínfima que seja. O pedaço de barro e a estátua são assim o mesmo objecto, dado que são a mesma quantidade de matéria. Ao dar uma certa forma ao pedaço de barro, o escultor não *criou* um objecto. Na segunda situação também não há coincidência material. Como a matéria da cauda de Tibbles foi *destruída*, o gato deixou de existir. Se a cauda tivesse sido simplesmente cortada, continuaria a não haver coincidência: Tibbles passaria a consistir numa quantidade de matéria mais dispersa, continuando a não coincidir com a quantidade de matéria identificável com Tib.

Niilismo. Em rigor, não existem seres compostos. Ou seja, só existem seres simples, sem partes próprias: partículas materiais verdadeiramente elementares e, talvez, “eus” cartesianos, que são substâncias simples imateriais. A estátua e o pedaço de barro,

bem como Tibbles e Tib, não existem. Portanto, não coincidem. Não há coincidência porque “simples mereológicos” distintos nunca ocupam o mesmo lugar ao mesmo tempo.

Estas não são as únicas perspectivas que um duracionista poderá advogar em resposta aos paradoxos da constituição material, mas todas elas têm-se revelado pelo menos tão controversas como a abordagem tetradimensionalista.⁹

Os enigmas suscitados pelo constitutivismo começam na própria natureza da relação de constituição. O que será isso, afinal, de um objecto constituir outro? Em que circunstâncias a constituição ocorre? Ao invés da identidade, afirma-se, a constituição é uma relação irreflexiva e assimétrica: uma coisa nunca se constitui a si mesma e, se uma coisa constitui outra, esta última não constitui a primeira. Todavia, esta clarificação é manifestamente insuficiente. Se a constituição não é identidade, como diferem entre si os objectos vinculados por esta relação? Alega-se com frequência que diferem nas suas condições de persistência. Por exemplo, o pedaço de barro, mas não a estátua, pode sobreviver a uma mudança drástica de forma; a estátua, mas não o pedaço de barro, pode sobreviver a certas mudanças graduais de partes. Aqueles que crêem que uma pessoa é constituída pelo seu organismo presumivelmente dirão: o organismo, mas não a pessoa, pode sobreviver à perda irremediável da consciência; a pessoa, mas não o organismo, pode sobreviver a um processo de transplante do cérebro para outro corpo, seguido pela incineração do organismo. Esta resposta, no entanto, gera outro enigma: como podem objectos compostos precisamente pela mesma matéria ter condições de persistência diferentes? Em virtude de que factos diferem nesse aspecto?

Tanto o essencialismo mereológico como o niilismo repugnam ao senso comum ainda mais que o tetradimensionalismo. De acordo com o primeiro, o gato a que chamamos “Tibbles” num dado mo-

⁹ Entre os numerosos defensores do constitutivismo, contam-se Wiggins (1980) e Baker (2000). Baker defende uma perspectiva constitutivista das pessoas: cada um de nós, uma pessoa, é constituído pelo seu organismo. Para uma crítica elucidativa a esta ontologia pessoal, veja-se Olson (2007: 48-75). O essencialismo mereológico deve-se a Chisholm (1976). Van Inwagen (1990b) defende uma perspectiva próxima do niilismo: uma ontologia esparsa, mas que admite organismos. Para van Inwagen, portanto, o pedaço de barro, a estátua e Tib não existem. Tibbles existe.

mento não é o gato a que chamamos “Tibbles” um dia depois, digamos, pois os objectos que assim designamos são quantidades de matéria ligeiramente diferentes. Seja Tibbles^m o gato a que chamamos “Tibbles” no momento inicial. O essencialista mereológico não está a dizer-nos, à semelhança do aduracionista, que Tibbles^m, em rigor, já não existe um dia depois. A sua perspectiva é ainda mais extraordinária: embora Tibbles^m não seja o objecto a que chamamos “Tibbles” um dia depois, Tibbles^m continua a existir nesse dia, dado que a quantidade de matéria que ele é continua a existir. Na verdade, Tibbles^m já existia há milhares ou mesmo milhões de anos, ainda que de um modo muito disperso: consistia em toda a matéria que acabou por assumir uma forma felina durante um breve período. E, claro, Tibbles^m poderá continuar a existir por muito milhões de anos, novamente disperso. Sobreviverá até que uma das suas partes materiais deixe de existir. Ainda que esta perspectiva responda aos paradoxos da constituição material, precisamos seguramente de razões adicionais para a aceitar.

Pode dizer-se o mesmo do niilismo, que é profundamente contra-intuitivo de uma forma manifesta. Esta perspectiva resulta de uma resposta ao problema seguinte: quando é que diversos objectos *compõem* um objecto adicional maior?¹⁰ Intuitivamente, por vezes a composição ocorre: vários tijolos e outros objectos, dispostos de um certo modo, compõem uma casa; milhões de células, quando organizadas de uma determinada maneira, compõem um organismo. Também intuitivamente, muitas vezes a composição *não* ocorre: o nariz de uma certa pessoa, a Torre Eiffel e Marte não compõem nenhum objecto. Contudo, justificar as intuições comuns acerca da composição tem-se revelado extremamente difícil. Para o fazer, seria conveniente encontrar princípios plausíveis que implicassem a existência dos objectos compostos admitidos na ontologia do senso comum, como casas e árvores, sem contudo implicarem a existência de objectos extravagantes, como o composto por um nariz, um monumento e um planeta. Face às dificuldades em descortinar esses princípios, o niilista opta por uma resposta extrema ao problema: a composição *nunca* ocorre. A outra resposta extrema, a dos universalistas, tem-

¹⁰ Para uma elucidação deste problema, veja-se van Inwagen (1990b: 21-32).

-se revelado muito mais influente: na verdade, a composição ocorre *sempre*.

Admitamos que as intuições comuns são um guia para a verdade, ainda que falível, em questões metafísicas. O tetradimensionalismo é uma teoria da persistência bastante contra-intuitiva, sem dúvida. Mas vemos agora que os duracionistas, face aos paradoxos da constituição material, vêem-se compelidos a adoptar perspectivas ainda mais contra-intuitivas ou pelo menos muito enigmáticas. Em última análise, então, talvez o tetradimensionalismo ofereça a melhor resposta a estes paradoxos — e, por isso, mereça o nosso assentimento racional. Mas, antes de concluirmos pela superioridade da resposta tetradimensionalista, temos de a confrontar com uma objecção importante.

Note-se que os casos paradoxais discutidos são situações de coincidência *temporária*: a coincidirem, o pedaço de barro e a estátua, bem como Tibbles e Tib, coincidem apenas durante uma parte da sua história. Consideremos agora um caso de coincidência *permanente*.

A estátua e o pedaço de barro II. A partir de vários pedaços de barro, um escultor cria, em m , um pedaço de barro maior com a forma de uma estátua. Um dia depois, em $m+1$, o escultor destrói a estátua *desfazendo* esse pedaço de barro.

Nesta situação, a estátua e o pedaço de barro começam a existir e deixam de existir precisamente ao mesmo tempo. O perduracionista terá de reconhecer, portanto, que estes objectos não têm quaisquer partes temporais distintas: a estátua e o pedaço de barro são uma única lagarta espaço-temporal. Assim, parece que quem defenda o perduracionismo deverá, neste caso, identificar a estátua com o pedaço de barro. Só que a identificação é problemática, pois a estátua e o pedaço de barro parecem diferir em alguns aspectos. Mais precisamente, parecem diferir em propriedades modais respeitantes às suas condições de persistência: o pedaço de barro, mas não a estátua, *poderia* ter sobrevivido a uma alteração drástica de forma; a estátua, mas não o pedaço de barro, *poderia* ter sobrevivido a uma mudança gradual de partes. Chegamos assim, *mutatis mutandis*, a uma das objecções colocadas ao constitutivismo: como podem objectos compostos precisamente pelas mesmas partes temporais ter condições de persistência diferentes? Hawley sugere que, adoptando a teoria

lewisiana da modalidade *de re* – a teoria das contrapartes –, o perduracionista poderá responder satisfatoriamente a esta objecção:

Os objectos actuais satisfazem predicados modais por cortesia das propriedades instanciadas pelas suas contrapartes noutros mundos possíveis. O que determina se um objecto possível é uma contraparte de um objecto actual? Não há uma resposta inequívoca para esta questão, dado que a diferentes maneiras de classificar um e o mesmo objecto actual correspondem maneiras diferentes de determinar as suas contrapartes. Por exemplo, se os perduracionistas adoptarem a teoria das contrapartes, podem argumentar como se segue. O pedaço de barro e a estátua actuais são uma e a mesma coisa. Quando falamos do que é possível para o pedaço de barro, no entanto, falamos sobre coisas possíveis que são contrapartes de pedaço de barro do objecto actual pedaço de barro/estátua. E quando falamos sobre o que é possível para a estátua, falamos sobre coisas possíveis que são contrapartes de estátua do objecto actual pedaço de barro/estátua. Dizemos que o pedaço de barro, mas não a estátua, poderia ter sido esférico: isto é dizer apenas que o objecto actual pedaço de barro/estátua tem contrapartes de pedaço de barro que são esféricas, mas nenhuma contraparte de estátua que seja esférica. (2001: 177-178)

Esta réplica, embora seja promissora, não é menos controversa do que a teoria das contrapartes em que se baseia.

5 Vagueza e composição

Para concluir esta discussão da persistência, examinemos um argumento importante de Sider (2001: 120-139, 2008: 257-261) a favor do tetradimensionalismo.¹¹ Começemos por introduzir alguns conceitos. Um *cenário de rastreio* [*tracing scenario*], diz-nos Sider, consiste numa série de momentos (os *momentos de rastreio*) e em vários objectos situados nesses momentos (os *objectos de rastreio*) – os quais, note-se, podem não ser os mesmos em cada momento do cenário. Pelo menos alguns cenários de rastreio têm *alvo*, isto é, seguem ou rastreiam um determinado objecto ao longo de toda a sua existência.

Consideremos, por exemplo, um cenário de rastreio, C_T , que compreende todos os momentos, e apenas os momentos, nos quais, segundo as convicções comuns, Tibbles existe. Em cada momento, os objectos de rastreio são as partículas materiais que, também se-

¹¹ Sigo aqui a formulação mais sucinta e intuitiva do argumento, apresentada em Sider (2008: 257-261).

gundo as convicções comuns, compõem Tibbles nesse momento. O alvo de C_T é Tibbles – pelo menos segundo as convicções comuns. C_T rastreia Tibbles, seguindo-o rigorosa e integralmente ao longo de toda a sua história. Sider define deste modo a noção de *alvo de rastreio*:

Um objecto x é o alvo de rastreio do cenário C se, e apenas se, (i) C contém exactamente os momentos em que x existe, e (ii) em cada momento de C , x é composto exactamente pelos objectos de rastreio para esse momento.

Na descrição de C_T , a referência insistente às “convicções comuns” tem a seguinte razão de ser: tanto um niilista como um essencialista mereológico dirão que C_T , na verdade, não tem nenhum alvo. Para o niilista, só têm alvo os cenários constituídos por um único objecto de rastreio, que será um simples mereológico, (e.g. um certo quark), e pelos momentos que correspondem à história desse objecto. O alvo desse cenário será um simples mereológico. Para o essencialista mereológico, como só existem quantidades de matéria com as mesmas partes em todos os momentos, só têm alvo os cenários que correspondam à história de uma certa quantidade de matéria – i.e. de um conjunto fixo de partículas materiais, por muito dispersas que estejam. C_T não é um cenário deste tipo, dado que nele os objectos de rastreio não são os mesmos em todos os momentos de rastreio.

Consideremos agora um cenário de rastreio bastante estranho, C_{D+T} . Os seus momentos de rastreio são aqueles em que um certo dinossauro existe no Jurássico e aqueles, da nossa época, em que Tibbles existe. Os seus objectos de rastreio são, para os momentos remotos, as partes do dinossauro; para os restantes momentos, são as partes de Tibbles, como em C_T . Será que C_{D+T} tem um alvo? Será que rastreia um objecto? *Parece* que não. Esse objecto seria algo que teria existido, durante um breve período do Jurássico, com forma de dinossauro, tendo assumido depois, muito mais tarde, a forma de um gato. Intuitivamente, não existe um objecto assim. O tetradimensionalista, no entanto, afirmará a sua existência: o alvo de C_{D+T} não é mais que uma lagarta espaço-temporal fragmentada, com um segmento no Jurássico, composto pelas partes temporais do dinossauro, e outro na nossa época, composto pelas partes temporais de Tibbles. Para o tetradimensionalista, na verdade, *todos* os cenários têm um alvo. “O alvo de um cenário”, declara Sider (2008: 259), “é simples-

mente a lagarta espaço-temporal que consiste nas partes temporais para cada um dos momentos de rastreio do cenário.” O tetradimensionalismo, portanto, conduz ao universalismo mereológico. Vários objectos compõem *sempre* um objecto maior, por muito extravagante que este nos pareça.

Podemos então afirmar: se o tetradimensionalismo é verdadeiro, todos os cenários de rastreio têm alvo. E a condicional conversas, acrescenta Sider, também é verdadeira. Avancemos então para o seu argumento a favor do tetradimensionalismo, que tem as premissas seguintes:

P1. Se todos os cenários de rastreio têm alvo, o tetradimensionalismo é verdadeiro.

P2. Todos os cenários de rastreio têm alvo.

A justificação de P1 é bastante simples. Considere-se, por exemplo, um cenário mais restrito que C_T : tem apenas um momento de rastreio, que é um dos momentos em que Tibbles existe, e os seus objectos de rastreio são as partes ou as partículas que compõem Tibbles nesse momento. Se todos os cenários de rastreio têm alvo, qual será o alvo deste cenário? Qual será o objecto que ele rastreia? Evidentemente, uma parte temporal de Tibbles. Generalizando: se todos os cenários de rastreio têm alvo, então, dado um cenário que consista nas partes de um objecto num certo momento (ou ao longo de um certo período), podemos concluir sempre pela existência de uma parte temporal desse objecto situada nesse momento (ou ao longo desse período).

P2 requer uma justificação mais elaborada. Pelo menos alguns cenários de rastreio têm alvo, dado que alguns objectos existem. Mas por que razão haveremos de crer que rigorosamente todos os cenários têm alvo? Intuitivamente, C_T tem um alvo: um certo gato chamado “Tibbles”. Mas um cenário como C_{D+T} , à luz do senso comum, não tem qualquer alvo, isto é, não corresponde à história de um objecto genuíno. A lagarta espaço-temporal fragmentada, composta por partes temporais de um dinossauro e por partes temporais de Tibbles, *não existe*.

A quem pensa assim, procurando reter os objectos comuns mas repudiar a miríade de objectos extravagantes com os quais P2 nos

compromete, Sider coloca o seguinte desafio: como traçar a fronteira entre os cenários que têm alvo e os cenários sem alvo? Essa fronteira, argumenta, terá de ser *vaga*. Mas uma fronteira vaga é inaceitável, dado que implica, absurdamente, que a *existência* é vaga.

Intuitivamente, de facto, a existência não é vaga. Os nossos conceitos dos objectos comuns são vagos, sem dúvida. Em virtude da vagueza de *árvore*, *planeta* ou *estátua*, em alguns casos será indeterminado que um objecto satisfaça estes conceitos, isto é, que seja uma árvore, um planeta ou uma estátua. Todavia, um objecto ou existe ou não existe – a sua existência não pode ser indeterminada. Mas por que razão julga Sider que, caso queiramos rejeitar P2 de modo a não nos comprometermos com a existência de objectos extravagantes, teremos de distinguir os cenários com alvo dos cenários sem alvo de uma forma que implica a vagueza da existência? Para perceberemos que assim é, sustenta, basta atentarmos numa “série contínua” de cenários:

Comecemos com um cenário que *tem* decididamente um objecto comum como alvo – uma estátua, digamos. Agora, a pouco e pouco, mudemos o cenário: mudemos as propriedades e a configuração dos seus objectos e momentos de rastreio, tornando-o, gradualmente, cada vez menos parecido com o cenário de uma estátua. Procedendo desta forma, acabaremos por chegar a um cenário que decididamente não tem uma estátua como alvo, mas muito antes disso teremos chegado a casos em que a existência de uma estátua é simplesmente indeterminada, indistinta, indefinida. Se os únicos cenários de rastreio que têm alvo forem os que correspondem a objectos comuns, teremos de dizer, então, que aquilo que *existe* é similarmente indeterminado, indistinto, indefinido. Mas isto, como vimos, não faz nenhum sentido. A teoria das partes temporais evita este problema recusando-se a circunscrever aquilo que existe às coisas que satisfazem os conceitos vagos comuns. (Sider 2008: 260)

Na verdade, não é forçoso aceitar P2 para evitar distinguir os cenários com alvo dos cenários sem alvo de uma forma que implique a vagueza da existência. Tanto o niilista como o essencialista mereológico rejeitam P2 e, no entanto, distinguem os dois tipos de cenário de uma forma que, manifestamente, *não* implica essa vagueza. Contudo, se queremos uma ontologia que, negando a vagueza da existência, inclua os objectos reconhecidos pelo senso comum e os rastreie de uma forma intuitivamente plausível, o tetradimensionalismo deverá colher a nossa preferência. Resta saber se, de facto, a existência não

poderá ser vaga. Em alguns casos, talvez não seja decididamente verdade que várias coisas – e.g. células, moléculas ou tijolos – compõem um objecto adicional, embora também não seja decididamente verdade que não o compõem. Se casos deste género forem possíveis, a existência do objecto adicional será vaga ou indeterminada.

Pedro Galvão
Universidade de Lisboa
LanCog Group CFUL

Referências

- Baker, Lynne Rudder. 2000. *Persons and Bodies: A Constitution View*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chisholm, R. M. 1976. *Person and Object: A Metaphysical Study*. La Salle, ILL: Open Court.
- Haslanger, Sally. 1989. Endurance and Temporary Intrinsics. *Analysis* 49: 119-125.
- Haslanger, Sally. 2003. Persistence through Time. In *The Oxford Handbook of Metaphysics*. Ed. por Michael J. Loux e Dean W. Zimmerman. Oxford: Oxford University Press.
- Hawley, Katherine. 2001. *How Things Persist*. Oxford: Clarendon Press.
- Lewis, David. 1968. Counterpart Theory and Quantified Modal Logic. In *Philosophical Papers: Vol. I*. Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press, 1983.
- Lewis, David. 1983. Survival and Identity. In *Metaphysics: Contemporary Readings*. Ed. por Michael J. Loux. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2001.
- Lewis, David. 1986. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Blackwell.
- Lowe, E. J. 1988. The Problems of Intrinsic Change: Rejoinder to Lewis. *Analysis* 48: 72-77.
- Lowe, E. J. 2002. *A Survey of Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press.
- Olson, Eric T. 2007. *What are We? A Study in Personal Ontology*. Oxford: Oxford University Press.
- Parfit, Derek. 1976. Lewis, Perry, and What Matters. In *The Identities of Persons*. Ed. por Amelie Oksenberg Rorty. Berkeley: University of California Press.
- Parfit, Derek. 1971. Personal Identity. *Philosophical Review* 80: 3-27.
- Sider, Theodore. 1996. All the World's a Stage. In *Persistence: Contemporary Readings*. Ed. por Sally Haslanger e Roxanne Marie Kurtz. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.
- Sider, Theodore. 1997. Four-Dimensionalism. In *Persistence: Contemporary Readings*. Ed. por Sally Haslanger e Roxanne Marie Kurtz. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.
- Sider, Theodore. 2000. The Stage View and Temporary Intrinsics. In *Persistence: Contemporary Readings*. Ed. por Sally Haslanger e Roxanne Marie Kurtz. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.
- Sider, Theodore. 2001. *Four-Dimensionalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Sider, Theodore. 2008. Temporal Parts. In *Contemporary Debates in Metaphysics*. Ed. por Theodore Sider, John Hawthorne e Dean W. Zimmerman. Oxford: Blackwell.

- van Inwagen, Peter. 1990a. Four-dimensional Objects. In *Persistence: Contemporary Readings*. Ed. por Sally Haslanger e Roxanne Marie Kurtz. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.
- van Inwagen, Peter. 1990b. *Material Beings*. Ithaca: Cornell University Press.
- Vonnegut, Kurt. 1969. *Slaughterhouse-Five*. Nova Iorque: Laurel, 1991.
- Wiggins, David. 1980. *Sameness and Substance*. Cambridge, MA: Harvard University Press.